UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
CURSO DE DIREITO DE PASSOS

**ABORDAGEM DOS ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**

Robélia Leopoldino

Passos
2017

Robélia Leopoldino

**ABORDAGEM DOS ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**

Monografia apresentada no curso de graduação em Direito, da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Passos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Mestranda Helimara Moreira Lamounier Heringer.

**Passos
2017**

Robélia Leopoldino

**ABORDAGEM DOS ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA**

Trabalho apresentado à disciplina de Direito Administrativo do curso de Direito da UEMG -
Unidade Passos.

Presidente

Examinador (a)

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

À professora Mestranda Helimara Moreira Lamounier Heringer, minha orientadora, pelos ensinamentos e ajuda.

A todo corpo docente do curso de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG unidade Passos.

Agradeço a todos que, de diferentes maneiras, fizeram parte desta trajetória, me conduzindo com força e carinho.

Aos familiares e amigos que tornaram essa jornada mais tranquila e estimulante.

Muitos já conceberam repúblicas e monarquias jamais vistas, e de cuja existência real nunca se soube. De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não a defender-se.

O príncipe, Nicolau Maquiavel

RESUMO

LEOPOLDINO, Robélia. **Abordagem dos aspectos polêmicos da lei de improbidade administrativa**. 2017. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Curso de Direito de Passos. UEMG.

A Lei de Improbidade Administrativa foi abordada na teoria sobre seus aspectos polêmicos. A constatação do momento histórico brasileiro contemporâneo à sua tramitação e publicação foi fundamental para justificar sua aprovação célere. Embora tenha sido publicada em 1992, não há indícios que apontem para a redução do número de casos de corrupção na Administração Pública. No entanto, fica demonstrado ser mais um instrumento eficaz no combate à corrupção. Neste trabalho será mostrado também seu conceito e os sujeitos da improbidade administrativa, *in casu*, pelo agente público corrupto, desonesto e imbuído de má fé, e não àquele despreparado tecnicamente, demonstrando que sua correta compreensão é fundamental para que se evitem distorções em sua aplicação, que culminariam com o afastamento de pessoas honestas da Administração Pública. Foi abordada sua natureza jurídica, suas modalidades, bem como as alterações legislativas atuais, descrevendo suas condutas. O presente trabalho também mostra a importância da lei, bem como o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI) e uma pesquisa quantitativa de condenações.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa; Corrupção; Natureza Jurídica; Interesse Público; Cadastro de Condenados.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Processos por Tribunal	46
Tabela 2 - Sanções aplicadas	48

LISTA DE ABREVIATURAS

art. - artigo

CF - Constituição Federal

ed. - edição

f. - folha

LIA - Lei de Improbidade Administrativa

n. - número

p. - página

LISTA DE SIGLAS

AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNCIAI - Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade

CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ORIGEM DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	12
2 CONCEITO	15
3 IMPORTÂNCIA	17
4 A QUEM PODE SER APLICADA	18
4.1 SUJEITO ATIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	18
4.2 SUJEITO PASSIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	20
5 NATUREZA JURÍDICA	22
6 QUANDO ACONTECE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
6.1 DOS ATOS QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - ART. 9º	25
6.2 DOS ATOS QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10.....	26
6.3 DOS ATOS DECORRENTES DE CONCESSÃO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU TRIBUTÁRIO - ART. 10-A	27
6.4 DOS ATOS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 11.....	28
7 CONDUTA	31
8 EFEITOS ESPECÍFICOS DAS SANÇÕES	34
9 AÇÃO CABÍVEL	37
10 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO	39
10.1 COMPETÊNCIA DO FORO	39
10.2 JUSTIÇA ESPECIALIZADA	39
10.2.1 Justiça Trabalhista	40
10.2.2 Justiça eleitoral	41
10.2.3 Justiça militar.....	42
10.3 JUSTIÇA COMUM.....	42
10.3.1 Justiça Federal	43
10.3.2 Justiça Estadual	43
11 CADASTRO DOS CONDENADOS	44
12 ANÁLISE DA BASE DE DADOS CONDENADOS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	46
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXO A - SOLICITAÇÕES E INFORMAÇÕES - CNJ	55
ANEXO B - LEI N. 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	62
ANEXO C - LEI COMPLEMENTAR N. 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016	70

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar o conteúdo da Lei de Improbidade Administrativa, juntamente com as lições doutrinárias a respeito do tema, e sob o ponto de vista prático, demonstrar a necessidade urgente de conscientização dos agentes públicos sobre uma conduta pautada na moralidade e não somente na lei considerando que sou servidora pública na Prefeitura Municipal de Passos, atuando na Controladoria Geral do Município. Dessa forma, pretende-se demonstrar a importância da Lei, mostrando que a probidade deve sempre ser almejada para buscar direitos a favor da sociedade.

A primeira constatação contida nesse estudo é que a simples publicação da Lei n. 8.429/92 não teve a capacidade de acabar ou diminuir a corrupção na Administração Pública, aliás, fato absolutamente normal, pois as leis apenas indicam condutas, mas não possuem o poder de mudá-las.

Em seguida, é demonstrada uma análise de alguns artigos da Lei de Improbidade Administrativa, pontuando distorções doutrinárias e interpretações, uma vez que suas condutas são tipificadas, mas não conceituadas.

O conceito de agente público, da espécie agente político, tiveram análise destacada, ante a polêmica sobre a aplicabilidade, em decorrência do resultado da Reclamação nº 2.138/6-DF, do Supremo Tribunal Federal, que também será analisada.

Deu-se, ainda, a abordagem específica das sanções aplicadas aos agentes políticos, que, de fato, estão sujeitos a diversas consequências jurídicas.

A competência para o processamento da ação de improbidade destacando-se o entendimento majoritário e também sua abordagem de forma pontual e objetiva.

A constatação da atuação do agente político de forma desonesta é fundamental para a definição e o enquadramento de uma conduta como ímproba, exatamente porque a Lei nº 8.429/92 não se destina ao agente público honesto ou aqueles incapacitados tecnicamente para o exercício de determinado ato ou função, mas sim ao desonesto e corrupto, distinção que é fundamental a ser feita.

Foi destacada a importância da qualificação subjetiva da conduta ímproba, onde foram analisados os quatro tipos de atos de improbidade previstos na lei, ou seja, aquele que causa enriquecimento ilícito, o que causa lesão ao erário, concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e o que viola os princípios da Administração Pública, citando se as hipóteses previstas nos incisos dos artigos 9º, 10, 10-A e 11 da Lei de Improbidade Administrativa.

Quanto às penalidades, foram destacadas a diversidade de natureza entre as penas previstas.

O processo de apuração e punição do ato de improbidade previsto na LIA será abordado, tanto em relação ao procedimento administrativo como em relação ao processo judicial.

A dissertação destacará, também, a natureza jurídica e a autonomia das sanções. Por fim, outra matéria polêmica que será abordada nesse estudo é relativa à competência prevista, pontuando-se as posições doutrinárias existentes e o entendimento que se pode formar após a pesquisa.

Por fim, será analisada a improbidade administrativa, com destaque também às ações do Conselho Nacional de Justiça no combate à improbidade administrativa, e também a contemplação da realização de uma pesquisa quantitativa dos cadastros de condenados por improbidade administrativa por ato que implique inelegibilidade - CNCIAI, fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça indicando os tribunais das cinco regiões.

1 ORIGEM DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Após o advento da Constituição Federal de 1988, Fernando Collor de Melo foi eleito em 1989, após apertada margem de votos sobre Lula. Collor se autodeterminava “Caçador de Marajás”- servidores públicos com altos salários.

Em 16 de agosto de 1991, devido à conjuntura histórica da política do Brasil nos anos de 90 a 92 denominado Era Collor, nasceu o Projeto de Lei 1.446.

Mas em menos de dois anos de governo, foi descoberto um enorme esquema de corrupção e tráfico de influências denunciado pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor, que veio a falecer meses depois vítima de quatro tumores malignos no cérebro. O Presidente ficou completamente sozinho e isolado político e socialmente. (BELLAZZI, s.d.)

Com o objetivo de pôr um ponto final à onda de corruptela que assolava o país naquela época, devido às inúmeras divulgações de denúncias de corrupção que envolvia o governo Collor, a população exigiu providências e o projeto supracitado foi tramitando de forma célere e aprovado com facilidade.

O então ministro de Estado da Justiça, Jarbas Passarinho, integrante do citado governo, com supedâneo no princípio da moralidade, deixou registrado em sua exposição de motivos n. EM.GM/SAA/0388, de 14 de agosto de 1991 que “uma das maiores mazelas que, infelizmente, ainda afligem o País, é a prática desenfreada e impune de atos de corrupção, no trato com os dinheiros públicos, e que a sua repressão, para ser legítima, depende de procedimento legal legítimo”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1991, p. 74)

Desta forma, o combate à corrupção se faz necessário por ser sempre uma cultura nefasta em nosso país, ver os homens públicos rompendo a coletividade pelos seus maus tratos à coisa pública.

Mauro Roberto Gomes de Mattos (2012), em “O Limite da Improbidade Administrativa”, salienta que “... a corrupção atrasou muitos povos do nosso continente, que obtiveram dos políticos o retrocesso e a conduta desleal, em vez de zelarem pela boa e pura intenção dos seus atos”.

No artigo “Caminhos para reduzir a corrupção”, Sérgio Moro (2016) diz que “A corrupção faz parte da condição humana. Isso não é um alibi, mas uma constatação. Sempre haverá quem, independentemente das circunstâncias, ceda à tentação do crime”.

Assim, para regulamentar o disposto no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, a Lei de Improbidade integrou-se ao nosso sistema normativo destinada a combater atos que afetem a moralidade e dissipem o bem público.

E conforme ensina Mauro Roberto Gomes Mattos em seu artigo “Os vinte anos da Lei de Improbidade Administrativa”:

Todavia, como a Lei em comento possui comandos muito abertos, é necessário que haja uma certa prudência no manejo indiscriminado de ações de improbidade administrativa para que não “caia em lugar comum” e se torne vulgarizada, pelo excesso da sua utilização, para os casos que não comportem a devida tipificação. Isso porque o comando legal em questão (Lei 8.429/92) se preocupou apenas em definir os três tipos da improbidade administrativa (artigos 9º, 10 e 11), sem, contudo, definir o que venha a ser ato ímprobo. (2012, p. 2)

E por ser um preceito incompleto e indeterminado, que precisa da complementação de outras normas, assemelhando-se desta forma a “norma penal em branco”, qualquer acusação infundada seria possível.

Assim, “A definição de improbidade administrativa não pode ser um “cheque em branco” ou ato de prepotência do membro do Ministério Público, pois a segurança jurídica que permeia um Estado Democrático de Direito como o nosso não permite essa indefinição jurídica”. (MATTOS, 2012, p. 3)

Na mesma seara, o ministro Celso de Mello (2001, p. 1) em seu voto de Relator, no Plenário da Excelsa Corte, no processo de Extradicação 633:

O ato de tipificação penal *impõe* ao Estado o *dever* de identificar, *com clareza e precisão*, os elementos definidores da conduta delituosa. As normas de incriminação que desatendem essa exigência de objetividade – além de descumprirem a *função de garantia* que é inerente ao tipo penal – qualificam-se como expressão de um discurso normativo absoluto incompatível com a essência mesma dos princípios que estruturam o sistema penal no contexto dos regimes democráticos.

Mais uma vez, segue as colocações do ministro Celso de Mello (2001, p. 1):

O reconhecimento da possibilidade de instituição de estruturas típicas flexíveis não confere ao Estado o poder de construir figuras penais com utilização, pelo legislador, de expressões ambíguas, vagas, imprecisas e indefinidas. É que o regime de indeterminação do tipo penal implica, em última análise, a própria subversão do postulado constitucional da reserva de lei, daí resultando como efeito consequencial imediato, o gravíssimo comprometimento do sistema das liberdades públicas.

Para evitar sanções desmerecidas, é necessária a integração de outra norma, não restando dúvida que o princípio da reserva legal (art. 5º, II, da CF) impede que a Administração Pública se utilize de uma norma incompleta para punir.

Contudo, após 20 anos de promulgação da Lei de Improbidade Administrativa, se verifica “que citada falha legislativa, qual seja, a do texto legal não descrever com precisão e

clareza o núcleo do tipo do ato ímprobo possibilitou muitas distorções na aplicação da Lei 8.429/92, com o manejo de inúmeras ações natimortas”. (MATTOS, 2012, p. 4)

Por essa razão, devido às inúmeras disparidades, o Superior Tribunal de Justiça em 1999, pelo Recurso Especial n. 213.994-0/MG, 1ª Turma, relator ministro Garcia Vieira (DOU de 27.09.1999) a fixar o entendimento de que a Lei n. 8.429/92, “alcança o administrador desonesto, não o inábil, despreparado, incompetente e desastrado”.

Desde então, ficou estabelecido limites para a má utilização da ação de improbidade administrativa, e, motivo pelo qual o Poder Executivo editou a Medida Provisória 2.180-35, de 2001, que trouxe ao corpo a Lei n. 8.429/92 importantes determinações, sempre com o objetivo de neutralizar o uso abusivo da respectiva ação.

Dessa forma, foi inserido no corpo de texto do artigo 17, da Lei n. 8.429/92, os parágrafos 5º até o 12, que versam sobre as seguintes situações jurídicas:

§ 5º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil.

§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de trinta dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.

§ 9º Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar contestação.

§ 10 Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento

§ 11 Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

§ 12 Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no art. 221, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal. (BRASIL, 1992)

Com a inserção dos parágrafos 5º até o 12, no artigo 17, da Lei 8.429/92, houve um melhor controle por parte do Poder Judiciário sobre o ajuizamento das ações de improbidade administrativa, que passaram a se submeter a determinadas condições para o seu exercício.

2 CONCEITO

Segundo o dicionário Aurélio “improbidade” é falta de probidade, mau caráter, desonestidade, o contrário de probidade, que significa qualidade de probo, integridade de caráter, honradez. (FERREIRA, 1999)

O termo improbidade vem do latim *improbitas, improbitatis*, o que traduzindo para a língua portuguesa significa má qualidade de uma coisa. Desta forma, *improbo* significa mau; e onde fica caracterizado a conduta de quem usa a máquina pública de forma desonesta, é considerado um administrador improbo. (FERREIRA, 1999, p. 1.086).

Diz Waldo Fazzio Júnior (2003, p. 51) que a “improbidade é palavra derivada do latim *improbitate*, significando falta de probidade, desonestidade e desonradez”.

Já a administração improba significa administração de má qualidade, onde os atos de improbidades poderão ser qualquer conduta desonesta ou comportamentos antiéticos que configurem descaso do agente público praticada no exercício da função ou fora dela para com o interesse público. (FERREIRA, 1999, p. 1.640). Neste diapasão, a Lei n. 8.429/92, também conhecida como Lei do “colarinho branco”, dispõe em seu artigo 11 que: “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições [...]”. (BRASIL, 1992)

Desta forma, nas palavras de Luiz Alberto Ferracini, no livro *Improbidade Administrativa* preleciona: “Entende-se por ato de improbidade má qualidade, imoralidade, malícia. Juridicamente, lega-se ao sentido de desonestidade, má fama, incorreção, má conduta, má índole, mau caráter”. (apud FERNANDES, 1997)

Waldo Fazzio Júnior define improbidade, dizendo que:

A improbidade administrativa significa o exercício de função, cargo, mandato ou emprego público sem observância dos princípios administrativos da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade e da eficiência. É o desvirtuamento do exercício público que tem como fonte a má-fé. (FAZZIO JÚNIOR, 2003, p. 51).

Nesta seara, quando ocorre a violação destes princípios, tem-se consequentemente, a implementação do controle preventivo, que desde longa data, já existia em nosso ordenamento jurídico, sanções previstas para aqueles que violassem os deveres de honestidade e lealdade, conforme estabelecido na Constituição da República de 1988.

O art. 14, § 9º prevê a improbidade administrativa em período eleitoral:

Art. 14. ...

(...)

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (BRASIL, 1988)

O art. 15, V veda a cassação de direitos políticos, permitindo apenas a suspensão em caso de improbidade:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

(...)

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º. (BRASIL, 1988)

O art. 85, inciso V tipifica a improbidade do Presidente da República como crime de responsabilidade:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:...

V - a probidade na administração; (BRASIL, 1988)

Para finalizar o artigo 37, § 4º dispõe algumas medidas aplicadas em caso de improbidade:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (BRASIL, 1988)

Já na Lei n. 8.429/1992, seu conceito é definido pelas seguintes modalidades de atos de improbidade:

- 1) enriquecimento ilícito (art. 9º);
- 2) dano ao erário (art. 10);
- 3) concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A);
- 4) violação à princípio da Administração (art. 11); (BRASIL, 1992)

Desta forma, as modalidades trazidas pela lei supracitada, serão exploradas de forma detalhada para melhor entendimento.

3 IMPORTÂNCIA

Embora expresso em nossa Constituição da República de 1988, a Lei de Improbidade Administrativa foi criada com o objetivo de regulamentar o art. 37, § 4º, da Constituição Federal.

Desta forma, a finalidade da Lei n. 8.429/1992 é combater a corrupção e defender o patrimônio público, oferecendo medidas punitivas de forma eficaz, as condutas atentatórias aos princípios da Administração Pública, enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atos decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

E embora o Código Penal possuísse um capítulo específico para combater os crimes contra a Administração Pública tanto com envolvimento de funcionário público quanto de particular, a abrangência da lei para apurar os crimes da Administração Pública ficou maior.

Desta forma, nas palavras do juiz federal José Paulo Baltazar Júnior (2014), da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a lei de improbidade administrativa é “um instrumento importante no controle da probidade e na concretização do princípio constitucional da moralidade administrativa”.

A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal. (BALTAZAR JUNIOR, 2014)

Assim, para que o bem público deixe de ser utilizado como bem privado, é necessário ter um maior controle da máquina pública, aumentando a transparência, controle social e prestação de contas, além da necessidade de transformações culturais.

4 A QUEM PODE SER APLICADA

Improbidade Administrativa está relacionada com afronta ao princípio da moralidade administrativa, com a imprudência na atitude do administrador público, que é desonesto, mau caráter, antiético.

Tal conduta pode tanto ser praticada por servidor público, quanto por pessoa que não é servidor e que infringe a moralidade pública.

Desta forma, cabe salientar a distinção entre sujeito ativo e passivo da lei de improbidade administrativa.

4.1 SUJEITO ATIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Sujeito ativo é aquele que pratica o ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei n. 8.429/1992, os artigos 1º, *caput*, 2º e 3º definem quem pode praticar Improbidade Administrativa como sujeito do ato de improbidade administrativa, sendo o agente público, servidor ou não, que exerça, embora transitoriamente, ou sem remuneração, seja por eleição, nomeação, designação, contratação ou por qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração direta ou indireta, em empresa incorporada ao patrimônio público ou em entidade para cuja criação ou custeio o erário tenha concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual. (BRASIL, 1992)

Assim, conforme descrito no artigo 2º da lei supracitada:

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que, exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato ou cargo, emprego ou função nas entidades.... (BRASIL, 1992)

Desta forma, são considerados agentes públicos:

1. Agentes políticos como os parlamentares de todos os níveis, Chefes do Poder Executivo federal, estadual, municipal, Ministros e Secretários dos Estados e Municípios;
2. Servidores públicos pessoas que possuem vínculo empregatício, estatutário ou contratual, independente de ocuparem cargos efetivos, em comissão, permanentes ou temporários;

3. Particulares em colaboração com o Poder Público, o qual atuam sem vínculo de emprego;

Assim, *ad exemplum*, se um servidor público, utiliza máquina do município para prestar serviços gratuitos a particular, ambos praticaram ato de improbidade administrativa. O servidor, ao consentir e favorecer o particular, para que este utilizasse a máquina pública e o particular ao ser beneficiado com o serviço prestado por máquina e servidor do município em terreno de sua propriedade trouxeram prejuízo ao erário.

Quanto aos agentes políticos, é notório que eles praticam atos de improbidade, todavia, alguns deles caso pratiquem esse tipo de ato, não responderão por improbidade e sim por crime de responsabilidade.

Nesse sentido, a Presidência da República, segundo art. 85, da CR pode cometer um crime de responsabilidade por praticar um ato de improbidade, sendo julgado pelo senado federal ocasionando um processo de impeachment.

No conceito de Fazzio Júnior (2008, p. 252), agente público é:

Toda pessoa natural que exerce cargo, emprego ou função pública é agente público. A locução agente público compreende todas as pessoas que mantêm vínculo de trabalho, temporário ou permanente, a qualquer título, com o Estado. Vale para a administração direta e indireta, quer dizer, designa a pessoa natural que, sob qualquer pretexto, exerce atividade típica do Estado.

Conforme descrito na Constituição da República de 1988, em seu art. 37, XI, o conceito de agente político não se restringe àqueles detentores de mandatos eletivos, tem caráter amplo.

Desta forma, vejamos:

Art. 37. ...

[...]

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (BRASIL, 1988)

Terceiros também podem ser considerados sujeito ativo de improbidade, conforme artigo 3º da Lei n. 8.429/1992:

Art. 3º Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. (BRASIL, 1992)

Há duas situações em que o terceiro particular pode concorrer para com os atos ímprobos: a participação, que pode ser tanto por induzimento quanto por coautoria ou o recebimento de benefício decorrente da prática do ato ímprobo.

Para o professor Hely Lopes Meirelles: “Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos”. (apud MOURA, 2014).

4.2 SUJEITO PASSIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Sujeito passivo são as vítimas dos atos de improbidade administrativa, ou seja, aqueles que podem ser atingidos por atos ímprobos.

Nos termos da Lei n. 8.429/92, podem ser sujeitos passivos da Improbidade Administrativa:

Art. 1º ... a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei. Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (BRASIL, 1992)

Assim, conforme descrito por Alexandre Mazza, em seu livro “Manual de Direito Administrativo”, são sujeitos passivos: “administração pública direta: composta pelas pessoas federativas, a saber União, Estados, Distrito Federal, Municípios e territórios;” (2012, p. 125).

Os atos de improbidade podem ser praticados por qualquer agente público, servidor ou não, e eventuais partícipes contra a administração direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, de Território ou dos Municípios.

“Administração pública indireta: são as autarquias, fundações públicas, associações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais;” (MAZZA, 2012, p. 126).

Entidades Privadas:

- a) a entidade cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com **menos de 50%** do patrimônio ou da receita anual.”... “a entidade não pertence a Administração Pública, mas é sujeito passivo de atos de improbidade. É o que ocorre por exemplo, com as sociedades de propósito específico criadas para gerir parcerias público privadas (art. 9, § 4º, da Lei n. 11.079/2004).”
- b) “a entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, provenientes de órgãos públicos”... “Nesta categoria, estão enquadradas, além das pessoas jurídicas pertencentes ao Terceiro Setor que recebem receitas diretamente do Estado, tais como as organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, as entidades para-fiscais que arrecadam tributos de seus membros e associados, como os partidos políticos e entidades sindicais;”
- c) “empresas incorporadas ao patrimônio público ou de entidades cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com **mais de 50%** do patrimônio ou da receita anual”. Exemplo: empresas governamentais e sociedades de economia mista. (MAZZA, 2012, p. 129)

E para maiores esclarecimentos, sempre que o ato de improbidade for praticado em prejuízo de um Ministério (órgão da União), o sujeito passivo será a União; se houver ato de improbidade contra uma Secretaria de Estado (órgão do Estado), a vítima será o Estado; se o ato ímprobo for praticado contra uma Secretaria Municipal (órgão do Município), o Município será o sujeito passivo. (MAZZA, 2012, p. 129)

Ressalto que a pessoa física nunca poderá ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa, conforme previsto no artigo 1º, *caput*, da Lei n. 8.429/1992.

5 NATUREZA JURÍDICA

Após ser sancionada a Lei de Improbidade Administrativa, o Supremo Tribunal Federal não havia se manifestado a respeito de sua natureza jurídica, fazendo com que ela se tornasse objeto de intensas discussões em nosso ordenamento jurídico, oriundas de diversas correntes doutrinárias, que apontava que a natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa era de caráter cível ou caráter criminal, que fortemente foi agravada após a publicação da Lei n. 10.628/2002.

A lei supracitada fazia alterações no *caput* do artigo 84 do Código de Processo Penal, acrescentando os parágrafos 1º e 2º com a seguinte redação:

Art. 84. A competência pela prerrogativa de foro de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

§ 1º A competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.

§ 2º A ação de improbidade, de que trata a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, será proposta perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou a autoridade na hipótese de prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública, observado o disposto no § 1º. (BRASIL, 2002)

Inconformados, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP - e a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade (ADI nº 2.797-2 e ADI nº 2.860-0), requerendo que fosse declarada a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do artigo 84 do CPP.

Dessa forma, o Tribunal Pleno julgou procedentes ambas as ações, e em 15/09/2005, foi declarado a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do artigo 84 do CPP inseridos pela Lei nº 10.628/2002, ficando demonstrado a natureza cível da ação de improbidade administrativa.

Nesse sentido, para Neves e Oliveira, a natureza jurídica da Improbidade Administrativa tem caráter cível, conforme dizeres “o art. 37, § 4º, da CF, ao prever as sanções imputáveis ao ato de improbidade administrativa, expressa que sua aplicação em ação específica para tal fim não prejudica a ação penal, o que permite a conclusão de não ter a ação de improbidade administrativa natureza penal”. (2012, p. 89)

No entanto, em seguida, devido aos votos divergentes, foi proposta pela União, contra o Juiz Federal Substituto da 14ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal e contra o

Relator da AC nº 1999.34.00.016.727-9 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a Reclamação nº 2.138-2/DF, que condenou Ronaldo Mota Sardenberg. (REUPKE, 2014)

O então Ministro Luiz Fux, como relator do Recurso Especial n. 721.190 - CE (2005/0014047-2), declarou “É uníssona a doutrina no sentido de que, quanto aos aspectos sancionatórios da Lei de Improbidade, impõe-se exegese idêntica a que se empreende com relação às figuras típicas penais”. (STJ, 2005)

E embora tenha reconhecido o caráter penal, foi determinado o seu arquivamento entendendo que a decisão sobre improbidade administrativa proferida na Reclamação nº 2.138 não tem efeito vinculante.

Destarte, ainda que haja outros entendimentos acerca da natureza jurídica da Improbidade Administrativa, o consenso mais aceito é que os atos de improbidade administrativa têm natureza de ação cível, até porque para que um ato ilícito seja considerado crime, é preciso existir uma lei que estabeleça sua natureza penal.

O Ministro Demócrito Reinaldo em seu voto proferido no julgamento pelo STJ da Reclamação n. 591, diz:

É indiscutível que a ação de improbidade - saber a ação invocada com supedâneo da Lei nº 8.429, de 1992, é ação civil pública, quer se analise a natureza pública da entidade legitimada a promovê-la, quer se classifique a ação em virtude da natureza do seu respectivo objeto, ou, ainda, do provimento jurisdicional pleiteado. Por todos os prismas, e especialmente pelo objeto da ação de improbidade, que se consubstancia em interesse difuso, forçoso é convir que temos na ação de improbidade, uma ação civil pública por excelência. (STJ, 1998)

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ADEQUAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO. 1. O recurso especial fundado na alínea c exige a observância do contido nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ. 2. A ausência de prequestionamento do dispositivo legal tido como violado torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ. 3. Inexiste violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes. 4. O entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência admite a adequação/compatibilidade do ajuizamento de ação civil pública (Lei 7.347/85) nas hipóteses de atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/92. 5. "Vem se firmando o entendimento de que a ação judicial cabível para apurar e punir os atos de improbidade tem a natureza de ação civil pública, sendo-lhe cabível, no que não contrariar disposições específicas da lei de improbidade, a Lei 7.347, de 24-7-85. É sob essa forma que o Ministério Público tem proposto as ações de improbidade administrativa, com aceitação da jurisprudência (...). Essa conclusão encontra fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal,

que ampliou os objetivos da ação civil pública, em relação à redação original da Lei 7.347, que somente a previa em caso de dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. O dispositivo constitucional fala em ação civil pública 'para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos'. Em consequência, o artigo 1º da Lei nº 7.347/85 foi acrescido por um inciso, para abranger as ações de responsabilidade por danos causados 'a qualquer outro interesse difuso ou coletivo'. Aplicam-se, portanto, as normas da Lei nº 7.347/85, no que não contrariarem dispositivos expressos da lei de improbidade. 6. Precedentes do STJ. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (DI PIETRO, 2003, p. 693)

Ressalto que a Lei 8.429/1992 tem aplicabilidade em âmbito nacional, salvo no tocante às normas de cunho eminentemente administrativo.

6 QUANDO ACONTECE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A improbidade administrativa se concretiza quando a conduta do agente público resulta em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário, quando os atos decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e quando seus atos atentam contra os princípios da administração pública.

Estes atos encontram-se tipificados, respectivamente, na Lei nº 8.429/92 nos artigos 9º, 10º, 10-A e 11, no entanto, o rol é exemplificativo, podendo ser punido qualquer conduta não prevista expressamente em lei.

6.1 DOS ATOS QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - ART. 9º

Antes da Lei de Improbidade Administrativa, outras leis tratavam do enriquecimento ilícito, como a Lei n. 3.164/57, conhecida como Lei Pitombo-Godói Ilha e a Lei n. 3.502/58, chamada Lei Bilac Pinto, ambas revogadas expressamente pelo art. 25 da Lei n. 8.429/92.

O enriquecimento ilícito é do próprio agente e seu conceito está previsto em seu artigo 9º, *caput*, da Lei n. 8.429/92, o qual apresenta 12 (doze) hipóteses diferentes de improbidade, no entanto, apresenta rol exemplificativo, uma vez que consta na parte final de seu *caput*, “e notadamente”. (BRASIL, 1992)

Para a Lei de Improbidade Administrativa, é indiferente que a vantagem adquirida fruto de um ato ilícito, seja obtido por ações positivas ou negativas. Basta que os bens incorporados ao seu patrimônio, tenha sido feita por meio ilícitos, contrárias aos princípios da moralidade e legalidade administrativa.

No entanto, para que uma conduta se enquadre neste artigo, será necessário que o agente pratique os seguintes elementos:

1. Primeiro deve ocorrer o enriquecimento ilícito;
2. O enriquecimento deve configurar vantagem patrimonial indevida, sem justa causa;
3. O ato deve ser praticado em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei;
4. Relação de causalidade entre a vantagem indevida e o exercício do cargo;

Neste sentido, para Emerson Alves Garcia e Rogério Pacheco Alves (2013, p. 430): “O simples enriquecimento à custa de outrem não infringe a ordem moral, o que a infringe é o enriquecimento injusto, o qual acarreta o dever moral de indenizar aquele que empobreceu”.

Vale mencionar que o ressarcimento do dano deverá ser integral quando ocorrer lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, acima referido. Inclusive, no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. (MEIRELLES, 2006 apud GARCIA; ALVES, 2013, p. 430).

Assim, para impor um maior controle, a posse e o exercício da função pública ficam condicionados ao artigo 13 desta lei de improbidade, que exige que o agente público apresente a declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.

Esta declaração deverá ser anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

Desta forma, o agente que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo ou a prestar falsa, será punido com a pena de demissão a bem do serviço público.

Para Arnaldo Rizzardo:

A finalidade da apresentação da referida declaração está no acompanhamento futuro da situação econômica e patrimonial do agente, no controle da evolução patrimonial, máxime para aferir a proporcionalidade que deverá existir relativamente à renda percebida através do tempo. (2012, p. 256)

6.2 DOS ATOS QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10

A expressão erário está condicionada a concepção de dinheiro, recursos financeiros, ao tesouro, ao fisco, etc.

Aqui é o terceiro que enriquece ilicitamente e seu conceito está positivado no art. 10, *caput*, da Lei n. 8.429/92, e conforme o referido artigo, qualquer ação ou omissão do agente público, dolosa ou culposa, no exercício da função pública que cause prejuízo efetivo ao patrimônio público, compreendendo perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres públicos, configura-se ato de improbidade administrativa.

Aqui o foco não está na vantagem obtida pelo o agente público, mas sim no prejuízo que ele causou para a administração pública, uma vez que suas condutas eram em favor de terceiros, que se enriquece causando prejuízo a Administração Pública.

Para Marino Pazzaglini Filho, o termo erário é:

O erário é a parcela do patrimônio público de conteúdo econômico-financeiro direto. Enquanto o conceito de patrimônio público é mais abrangente, pois compreende o complexo de bens e direitos públicos de valor econômico, artístico, estético, histórico e turístico, o de Erário, como parte integrante do patrimônio público, limita-se aos bens e direitos de valor econômico, ou seja, aos recursos financeiros do Estado, ao Tesouro Público (2005, p. 78).

Para que seja configurado o ato, é necessário que:

1. Ocorra o dano material aos cofres públicos;
2. Responsabilidade subjetiva do agente público, existência de má-fé e intenção do agente de lesar o erário;
3. Deve haver relação de causalidade entre o comportamento funcional ilícito e o efetivo dano patrimonial; (PAZZAGLINI FILHO, 2005)

6.3 DOS ATOS DECORRENTES DE CONCESSÃO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU TRIBUTÁRIO - ART. 10-A

Com a edição da Lei Complementar n. 157/2016, a Lei 8.429/1992 passou a contar com uma nova seção e um novo dispositivo, o artigo 10-A, que traz a seguinte previsão:

Seção II - A

Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

Art. 10-A. *Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. (Incluído pela Lei Complementar 157, de 2016) (BRASIL, 2016) (destaque da autora)*

Trata especificamente de atos que descumprem a Lei do ISSQN (LC 116/2003), artigo 8-A, *caput* e § 1º:

Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no *caput*, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. (BRASIL, 2016) (destaque da autora)

Desta forma, o administrador que conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário em contrariedade ao art. 8º-A, *caput* ou § 1º da LC 116/2003, estará cometendo ato de improbidade administrativa.

Nesse sentido, se os Municípios tentar infringir a proibição prevista no *caput* do art. 8º-A, por exemplo, através de concessão de isenção de impostos para que determinada empresa se instale naquela localidade, gerando vinte empregos diretos, ele estará burlando a proibição.

Contudo, a contagem de prazo da *vacatio legis* para que os municípios se adaptem ao novo ato de improbidade, será de 1 (um) ano para revogar os dispositivos que contrariem o disposto no *caput* e no § 1º do art. 8º-A supracitados.

E embora os dispositivos estejam em vigor, ainda não estão produzindo efeitos. Somente produzirão efeitos a partir de 30/12/2017. É o que prevê o § 1º do art. 7º da LC 157/2016, *verbis*:

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
§ 1º O disposto no *caput* e nos §§ 1º e 2º do art. 8º-A da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, e no art. 10-A, no inciso IV do art. 12 e no § 13 do art. 17, todos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, somente produzirão efeitos após o decurso do prazo referido no art. 6º desta Lei Complementar. (BRASIL, 2016)

Embora uma lei complementar tenha tratado de uma matéria de lei ordinária inserido um novo tipo de improbidade administrativa, não afronta o artigo 69 da Constituição da República de 1988.

6.4 DOS ATOS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 11

São atos que atentam contra os princípios da administração pública sem causar qualquer lesão financeira ao erário.

Nesse sentido, para Emerson Garcia e Rodrigo Pacheco Alves (2013, p. 98): “Para os positivistas, que encontram na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen a sua pedra fundamental, os princípios, em essência, são proposições básicas, verdadeiros alicerces do sistema jurídico, sendo utilizados para limitar e direcionar sua aplicação”.

E para aqueles cujo comportamento viola os princípios que regem a Administração Pública, Waldo Fazzio Júnior (2003, p. 173) diz que: “Atentar contra princípios jurídicos é mais grave que violar regras; significa agredir todo o sistema”.

Desta forma, a Constituição da República de 1988, enumera em seu art. 37, *caput*, os princípios a serem observados pela Administração Pública, valores essenciais que devem ser seguidos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (BRASIL, 1988)

Assim, conforme descrito por Emerson Garcia e Rodrigo Pacheco Alves, em seu livro “Improbidade Administrativa”, eis os princípios anunciados pelo art. 37 da CF:

1. Princípio da Legalidade: Os atos administrativos devem ser praticados com estrita observância dos pressupostos legais, o que, por óbvio, abrange as regras e princípios que defluem do sistema; a atividade legislativa somente produzirá comandos normativos válidos em havendo harmonia com a Constituição da República; e a atividade jurisdicional, não obstante o livre convencimento do julgador, deve manter-se adstrita às normas constitucionais e infraconstitucionais, sendo defesa a prolação de decisões dissonantes do sistema jurídico. (GARCIA; ALVES, 2013, p. 124)
2. Princípio da Impessoalidade: “o princípio torna cogente que a Administração dispense igualdade de tratamento a todos aqueles que se encontrem em posição similar, exigindo que os atos praticados produzam os mesmos efeitos e atinjam a todos os administrados que se encontrem em idêntica situação fática ou jurídica. (GARCIA; ALVES, 2013, p. 113)
3. Princípio da Moralidade: exige que o administrador observe determinados valores, os quais assumem certa especificidade em razão da própria natureza de sua atividade. (GARCIA; ALVES, 2013, p. 136)
4. Princípio da Publicidade: todos os atos do Poder Público devem ser levados ao conhecimento externo, permitindo sua fiscalização pelo povo e pelos demais legitimados para o seu controle. (GARCIA; ALVES, 2013, p. 114)
5. Princípio da Eficiência: O Poder Público deve buscar o bem comum utilizando-se de meios idôneos e adequados à consecução de tais objetivos, assegurando um certo padrão de qualidade em seus atos. (GARCIA; ALVES, 2013, p. 115)

Ensina Wilson Ricardo Coelho Tafner (s.d.) Promotor de Justiça (Improbidade e ausência de prejuízo), citando Antônio Bandeira de Mello:

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. (MELO, apud TAFNER, s.d.).

No entanto, deve-se avaliar cada caso em sua singularidade, visando a circunstância de cada um, uma vez que a improbidade administrativa é mais do que a atuação de forma contrária à letra da lei.

Nesse sentido, o STF manifestou na Reclamação nº 19679 RJ - RIO DE JANEIRO 8621494-16.2015.1.00.0000, Relator: Min. Marco Aurélio, Data de Julgamento: 23/03/2015. Data de Publicação: DJe-062 31/03/2015. (STF, 2015) “que a alegação de que a prática de nepotismo era conduta de costumeira, além de absurda, não elide a patente violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Forçoso salientar, outrossim, que é irrelevante que os fatos *sub examen* tenham ocorrido antes da edição da súmula vinculante 13, já que a prática de tais atos afronta princípios constitucionais cristalizados na nossa Magna Carta desde a sua promulgação”.

Mesmo sendo uma prática cotidiana na Administração Pública, as condutas desonestas aparentemente inofensivas afrontam os princípios constitucionais cristalizados em nossa Carta Magna de 1988.

7 CONDUCTA

Conduta é a maneira de portar, assim, toda vez que um agente desatentar para com os deveres da honestidade na administração pública, ele estará violando atos de uma norma em um ordenamento jurídico.

A finalidade da lei de improbidade administrativa é punir o desonesto e não o administrador incompetente.

Assim, sempre que alguém cometa algum ato ilegal é necessário que seja verificado se houve dolo, culpa ou má-fé que revele o comportamento desonesto.

Na feliz observação de Emerson Alves Garcia e Rogério Pacheco Alves o vínculo que une o agente à conduta é “elo de encadeamento lógico entre vontade, conduta e resultado, com a consequente demonstração da culpabilidade do agente, poderá apresentar-se sob duas únicas formas: dolo e a culpa”. (2013, p. 466)

Dolo é a vontade livre e consciente dirigida ao resultado ilícito, já a culpa, se caracteriza pela prática voluntária.

A caracterização do ato de improbidade que acarreta em enriquecimento ilícito, atos decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, bem como para aqueles que atentam contra os princípios da administração pública não prescindem de comprovação do dolo.

A conduta descrita no art. 9º da Lei n. 8.429/1992, o gestor público tem a total consciência que a vantagem patrimonial adquirida veio de forma indevida, ficando comprovado o dolo. Desta forma, não há enriquecimento ilícito culposos.

Já a conduta do art. 10, a ação ou omissão decorra de dolo ou culpa, conforme estabelece, pois sem esses elementos, segundo previsão da lei não há que se cogitar a incidência de ato de improbidade administrativa com resultado danoso ao erário.

Segundo a jurisprudência do STJ, o ato de improbidade administrativa só pode ser punido a título de mera culpa se isso estiver expressamente previsto na lei.

É o caso do art. 10 da Lei n. 8.429/1992: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa...” (BRASIL, 1992). Se o tipo não fala em culpa, entende-se que ele só pune a conduta se praticada dolosamente.

Para que o ato seja considerado doloso, é necessário que o agente tenha cometido ato ímprobo, consciente, antijurídico e que resulte dano ao erário.

Para o Superior Tribunal de Justiça:

É cediço que a má-fé é premissa do ato ilegal e ímprobo. Consectariamente, a ilegalidade só adquire o status de improbidade quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública coadjuvados pela má-fé do administrador. A improbidade administrativa, mais do que um ato ilegal, deve traduzir necessariamente, a falta de boa-fé, a desonestidade, o que não restou comprovado nos autos pelas informações disponíveis no acórdão recorrido, calçadas inclusive nas conclusões da Comissão de Inquérito. (Recurso Especial n.º 480.387/SP - 1ª Turma - Rel.: Min. Luiz Fux - DJU 16.03.2004, p. 163). (STJ, 2004)

Já a conduta culposa, o ato deve ser previsível, porém entende-se que ela seja contraditória com os atos previstos na legislação, vez que é difícil harmonizar condutas ilícitas com culpa.

Marino Pazzaglini Filho ressalta:

A improbidade lesiva ao patrimônio público culposa dá-se quando o resultado lesivo ao Erário involuntário, mas previsível, decorreu de comportamento voluntário do agente público contrário a seu dever funcional de boa gestão administrativa, de prudência e de atenção no trato dos bens e haveres públicos. (2005, p. 79).

Assim, a culpa civil, no âmbito da improbidade administrativa, configura-se com a ação ou a omissão do agente público, resultante de descumprimento consciente de obrigação jurídica, por má-fé, causando involuntariamente resultado antijurídico que poderia ele ter evitado (lesão ao erário), caso tivesse empregado a diligência devida pelo seu dever de ofício. (PAZZAGLINI FILHO, 2010, p. 64)

A culpa, em tese, fundamenta-se no descumprimento da obrigação de cuidar do agente (*obligatio ad diligentiam*).

Para que o agente público responda pelo ato de improbidade administrativa do art. 10-A, exige-se dolo. Assim, se o dirigente municipal agiu apenas com culpa, não poderá ser condenado pelo art. 10-A.

O art. 11 da Lei n. 8.429/1992 diz que, para atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, o qual entende-se que estes princípios são os alicerces do sistema jurídico e que violando o princípio estará violando o direito, a conduta do agente deve ser dolosa, consciente, seu agir deve ser ilícito (BRASIL, 1992). No entanto, vale ressaltar que ilegalidade não é sinônimo de improbidade, por isso, nem toda violação da legalidade configura improbidade.

Assim, os atos administrativos ilegais que não se revestem de inequívoca gravidade, que não ostentam indícios de desonestidade ou má-fé, que constituem simples irregularidades anuláveis (e não atos nulos de plena direito), que decorrem da inabilitação ou despreparo escusável do agente público, não configuram improbidade administrativa. (PAZZAGLINI FILHO, 2010, p. 100)

Desta forma, o artigo 11 exige um comportamento doloso do agente que afronta os Princípios Constitucionais.

Waldo Fazzio Júnior (2003, p. 173) salienta, dizendo que: “Atentar contra princípios jurídicos é mais grave que violar regras; significa agredir todo o sistema”.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PUBLICA - ATO DE IMPROBIDADE: TIPIFICAÇÃO (ART. 11 DA LEI 8.429/92).

1. O tipo do artigo 11 da Lei 8.429/92, para configurar-se como ato de improbidade, exige conduta comissiva ou omissiva dolosa.
2. Atipicidade de conduta por ausência de dolo.
3. Recurso especial provido. (REsp nº 534575 - Paraná. Rel. Ministra Eliana Calmon - DJ 29-3-2004, p. 205). (STJ, 2004)

A dignidade, honra e consciência dos princípios morais devem nortear o servidor público, dentro ou fora do exercício de sua função pública.

8 EFEITOS ESPECÍFICOS DAS SANÇÕES

Ao identificar o ato de improbidade administrativa, o agente deve ser processado e julgado, ficando sujeito às penalidades previstas na Constituição da República e na Lei de Improbidade Administrativa e por ser função típica da lei - Princípio da Legalidade, para que estas sanções possam ser aplicadas é necessário que o agente seja condenado.

O termo sanção vem do latim, *sanctio*, “ato de ordenar ou decretar”, do verbo *sancire*, “tornar sagrado, confirmar, decretar”, de *sanctus*, “sagrado” e são medidas estabelecidas pelo direito e é definida como a punição ou pena atribuída à violação de qualquer lei ou regulamento. (FERREIRA, 1999)

A Constituição da República dispõe em seu artigo 37, § 4º as sanções para o sujeito ativo dos atos de improbidade administrativa: suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens, ressarcimento ao erário. (BRASIL, 1988)

O artigo 12 da Lei n. 8.429/1992 surgiu para regulamentar e completar as sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa já previstas na Constituição da República, agregando as seguintes sanções: perda de bens e valores, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão de direitos políticos, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

A natureza jurídica das medidas punitivas é política (suspensão dos direitos políticos), político-administrativa (perda da função pública) e civil (multa civil, ressarcimento integral do dano e perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio).

Nesse sentido:

Assim, os atos de improbidade definidos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei n. 8.429/92 poderão sim corresponder também a crimes. Neste caso poderá haver a instauração simultânea de três processos distintos: a) ação penal, onde serão apurados os crimes eventualmente cometidos segundo a legislação penal aplicável; b) a ação civil, com a averiguação da improbidade administrativa e a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92; e c) processo administrativo, nas hipóteses de servidores públicos, com a investigação dos ilícitos administrativos praticados e aplicação das penalidades previstas no estatuto do servidor [...]. (Pet 2588 RO, Rel. Ministro Franciulli Netto, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/03/2005, DJ 09/10/2006). (STJ, 2006)

As sanções perda dos bens, a multa civil e a proibição temporária de contratar com o Poder Público e, de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios embora não estejam expressa no art. 37, § 4º, da Constituição da República, estas vêm regulamentadas no art. 5º, inciso XLVI, *verbis*:

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
 a) privação ou restrição da liberdade;
 b) perda de bens;
 c) multa;
 d) prestação social alternativa;
 e) suspensão ou interdição de direitos; (BRASIL, 1988)

A suspensão dos direitos políticos neste caso só pode ocorrer por condenação irrecorrível em ação civil de improbidade administrativa.

Para Arnaldo Rizzardo:

A perda dos direitos políticos, que somente tem lugar após o trânsito em julgado da sentença, o que nada tem a ver com o afastamento do cargo, não tem o alcance de inibir a cidadania da pessoa, e muito menos a nacionalidade. Não fica o condenado não cidadão, já que remanescem vários direitos, inclusive o do exercício dos atos da vida civil, como o negociar e desempenhar atividades econômicas, de peticionar, de ter passaporte, de ajuizar ações, de adquirir bens de qualquer natureza, de instituir sociedades, de participar como sócio de sociedades, de exercer profissões e inscrever-se em órgãos públicos. (2012, p. 649)

A perda da função pública consiste na interrupção ou cessação compulsória do vínculo jurídico do agente público com o órgão ou entidade pública.

Já a multa civil não tem natureza indenizatória, mas sim punitiva, nas precisas palavras de Marino Pazzaglini “A multa civil não tem natureza indenizatória, mas simplesmente punitiva. E, perante a sua índole genuinamente corretiva, não se estende aos sucessores do agente condenado por improbidade”. (2005, p. 141)

O ressarcimento integral do dano tem natureza indenizatória, e conforme dizeres do Ministro Mauro Cambell Marques “O ressarcimento é apenas uma medida ética e economicamente de fluente do ato que macula a saúde do erário” (REsp n. 62.2234/SP Recurso Especial 2004/0012011-0); e no mesmo sentido a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ocorre a restituição do patrimônio ilícito que o agente ganhado indevidamente, punindo-se, assim, seu enriquecimento ilícito.

As sanções aplicadas nas hipóteses do art. 9º da Lei n. 8.429/1992, ou seja, enriquecimento ilícito, o agente está sujeito à perda dos bens ou dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

Com relação ao prejuízo ao erário, art. 10 da Lei n. 8.429/1992, o agente terá que ressarcir o dano, está sujeito à perda dos bens ou dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. (BRASIL, 1992)

Nos casos de atos de improbidade do art. 10-A, a sanção a ser aplicada será perda da função pública, direitos políticos suspensos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. (BRASIL, 2003)

Por fim, as sanções previstas para quem comete atos que atentam contra os Princípios da Administração Pública, art. 11 da Lei de Improbidade são ressarcimento integral do dano, se houver, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. (BRASIL, 1992)

Cabe frisar que as penas de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só podem ser aplicadas depois do trânsito em julgado da sentença condenatória e que na fixação das penas o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

As sanções supracitadas têm a finalidade de combater a imoralidade e todas as formas de violação aos princípios norteadores da Administração Pública e podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, conforme a gravidade do ato.

No entanto, desde a edição da Lei de Improbidade Administrativa até os dias atuais, passaram-se 20 anos e a onda de corrupção e impunidade ainda assolam o país.

Mesmo diante de falhas legislativas, a qual o texto legal não descreve com precisão e clareza o núcleo do tipo do ato ímprobo, a aplicação das sanções da lei de improbidade administrativa requer o uso do bom senso, verificando a intenção do agente, sob pena de vulgarizar a lei.

9 AÇÃO CABÍVEL

Conforme visto, para que as sanções acima descritas sejam aplicadas, é necessário que haja condenação por ação judicial proposta para esta finalidade.

O art. 14 da Lei de Improbidade prevê um procedimento administrativo perante a autoridade administrativa, o qual, deverá ser escrita, onde será reduzida a termo. A abertura poderá ser representada por qualquer pessoa, sendo vedado o anonimato. (BRASIL, 1992)

A representação não precisa vir instruída de provas, basta o representante apontar indícios para que a abertura do procedimento não seja aberta de forma imprudente.

Uma vez representada, a comissão processante deverá cientificar o Ministério Público e o Tribunal de Contas sobre a existência dessa investigação, que poderá ou não ensejar um procedimento judicial.

Se o ato de improbidade for cometido por servidor público municipal, o Município será o responsável pela apuração, se foi cometido por servidor público federal a União será responsável pela apuração e o procedimento administrativo deverá obedecer a forma prevista nos artigos 148 a 182 da Lei n. 8.112/90. (BRASIL, 1990)

Já a ação civil de improbidade administrativa dispensa o procedimento administrativo prévio, sendo proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, assumindo o rito ordinário, admitindo representação ou denúncia anônima, sendo vedada a transação, o acordo e a homologação.

E sendo a lei omissa, o entendimento majoritário é que a natureza da lei de improbidade administrativa é civil, sua inicial deverá seguir os requisitos no art. 319 do Código de Processo Civil, e intitulado a propositura da ação através de inquérito civil público, o Ministério Público ajuizará ação que terá o nome de ação civil de improbidade administrativa, o qual foi disciplinada pela Lei n. 7.347 (BRASIL, 1985) (Lei de Ação Civil Pública), cujo procedimento é especial e tem como um de seus objetivos a reparação pecuniária. Nestes termos, ação civil pública é o instrumento processual conferido ao Ministério Público para o exercício do controle popular sobre os atos dos poderes públicos, que poderá atuar como parte ou como fiscal da lei, exigindo tanto a reparação do dano causado ao patrimônio público por ato de improbidade, quanto à aplicação das sanções do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, bem como as sanções previstas na Lei de Improbidade, previstas ao agente público, em decorrência de sua conduta irregular.

Para Marino Pazzagliani Filho, Márcio Fernando Elias Rosa e Waldo Fazzio Júnior “ação civil pública, no caso da improbidade administrativa, é ação civil de interesse público imediato, ou seja, é a utilização do processo civil como um instrumento para a proteção de um bem, cuja preservação interessa a toda a coletividade”. (1997, p. 187)

No entanto, enquanto a ação civil pública se restringe as condenações em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º da Lei n. 7.437/1985), a ação de improbidade administrativa tem como sanção perda de bens e valores, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão de direitos políticos, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 12 da Lei n. 8.429/1992).

Nesse sentido o Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Albino Zavascki entende que a ação de improbidade administrativa “não se presta a prevenir a lesão ao direito, mas se destina, sim, a aplicar sanções, o que tem por pressuposto necessário a anterior ocorrência do ilícito”. (ZAVASCKI, 2011, p. 95)

Com relação ao art. 10-A, a “pessoa jurídica interessada” não é apenas o Município no qual o ato de improbidade está sendo praticado (BRASIL, 2003). O Município que está sendo prejudicado pela concessão de isenção em desacordo com o art. 8º-A da Lei Complementar n. 116/2003 também deve ser considerado como “pessoa jurídica interessada” e poderá propor a ação de improbidade ou intervir no processo como interessado.

10 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO

Competência é o exercício válido e legítimo da jurisdição por certo Órgão do Poder Judiciário, ou seja, a possibilidade de um juiz ou tribunal julgar determinado processo.

Para julgar e processar atos de improbidade administrativa, a competência é do juízo singular de 1º grau, estadual ou federal, sendo vedado a prerrogativa de foro por função.

10.1 COMPETÊNCIA DO FORO

Foro é uma circunscrição territorial, sendo chamado de comarca na Justiça Estadual, e de seção judiciária na Justiça Federal.

E sendo a Lei n. 8.429/1992 omissa com relação à competência para julgamento de uma ação de improbidade administrativa, ficou decidido que a competência de uma ação civil pública, se dá em função do lugar onde ocorreu o dano e está previsto no art. 2º da Lei nº 7.347/1985, Lei que disciplina a ação civil pública, *verbis*:

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. (BRASIL, 1985)

E no mesmo sentido, a Lei n. 8.078/1990, em seu art. 93, inciso I, prevê:

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:
I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local; (BRASIL, 1990)

Dessa forma, o foro competente será estabelecido de acordo com a abrangência territorial dos danos.

A competência para o processamento da ação dependerá também da matéria a ser discutida, que poderá ser de competência de justiça especializada ou da justiça comum.

10.2 JUSTIÇA ESPECIALIZADA

A Justiça Especializada é composta pela Justiça do Trabalho (art. 114 da CF), da Justiça Eleitoral (art. 121 da CF) e da Justiça Militar (art. 125 da CF). (BRASIL, 1988)

Ainda divergente na doutrina, a autores que entendem ser extremamente difícil a competência da Justiça Especializada para a propositura da ação de improbidade administrativa. Outros dizem ser inadmissível.

Para o Supremo Tribunal Federal, se a causa de pedir da ação civil pública estiver relacionada a uma relação jurídico-administrativa a competência será da Justiça Comum.

10.2.1 Justiça Trabalhista

A Justiça Trabalhista vem recusando julgar ações tipificadas na Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que o objeto da lide não é a relação de emprego entre os empregados e a Administração Pública.

A Ministra Cármen Lúcia, no Recurso Extraordinário com Agravo n. 713.273, diz:

Portanto, é a legalidade e a moralidade do ato administrativo emanado pelos recorrentes que é objeto de discussão judicial, e não a relação de emprego entre os empregados e a Administração Pública. Com efeito, a responsabilização do gestor público por atos de improbidade administrativa não está incluída na competência desta Justiça Especializada, definida pelo art. 114 da Constituição Federal, sobretudo porque a questão remete a sanções penais, civis e administrativas, nos termos do que dispõe a Lei 8.429/92. (STF, 2012)

Nesse sentido:

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AUTORIDADE DE DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ARTIGO 102, INCISO I, ALÍNEA L, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3.395. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE: ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO 4 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 2990932. ARE 713.273 / AC PÚBLICA: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. CAUSA DE PEDIR RELACIONADA A UMA RELAÇÃO JURÍDICOADMINISTRATIVA. 1. Incompetência da Justiça Trabalhista para o processamento e o julgamento das causas que envolvam o Poder Público e servidores que sejam vinculados a ele por relação jurídico-administrativa. 2. O eventual desvirtuamento da designação temporária para o exercício de função pública, ou seja, da relação jurídico-administrativa estabelecida entre as partes, não pode ser apreciado pela Justiça do Trabalho. 3. Reclamação julgada procedente. (Rcl 4.464, de minha relatoria, Plenário, DJe 21.8.2009, grifei). (STF, 2009)

No entanto, a Justiça do Trabalho é competente para apreciar e julgar a improbidade administrativa trabalhista, como por exemplo processar e julgar ações de improbidade administrativa sindical, na qual o STJ decidiu o conflito de competência nº 59.549/MA, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, publicado em 23 de agosto de 2006, *verbis*: “CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AFASTAMENTO DA DIRETORIA - REFLEXO NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO”. (STJ, 2006)

Após a edição da EC n. 45/2004, as questões relacionadas ao processo eleitoral sindical, ainda que esbarrem na esfera do direito civil, estão afetas à competência da Justiça do Trabalho, pois se trata de matéria que tem reflexo na representação sindical. (BRASIL, 2004)

Entendimento que se estende à hipótese de ação de improbidade administrativa, em que se pretende afastar a diretoria de sindicato, implicando em reflexo na representação sindical. Conflito de competência provido para declarar competente o Juízo da 6ª Vara do Trabalho de São Luís - MA. O acórdão trata-se de ação ordinária por ato de improbidade administrativa, que tem como consequência o afastamento da diretoria sindical. (MIZIARA, 2017).

10.2.2 Justiça eleitoral

A Justiça Eleitoral tem competência para os crimes e contravenções de natureza eleitoral, bem como as comuns, desde que conexas àquelas. No entanto, há entendimento que possa julgar e processar as ações de improbidade administrativa, uma vez sua natureza é cível.

No entanto, não cabe a justiça eleitoral dizer se está certo ou errado as decisões já proferidas. Nesse sentido, Súmula n. 41, TSE, diz o seguinte: “Não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade”. (TSE, 2016)

Vera Lúcia Feil Ponciano, em seu artigo “Justiça Eleitoral não pode decidir sobre os mesmos fatos da Justiça Comum”, frisa:

Portanto, o pressuposto para a consideração da causa de inelegibilidade é que tenha havido condenação pela Justiça Comum, pois a Justiça competente para condenar por ato de improbidade administrativa não é a Justiça Eleitoral, sob pena de violar os limites objetivos da lide (CPC, art. 468 - quando ainda não transitado em julgado o título judicial) ou da coisa julgada (CPC, arts. 467 e 469), e usurpar a competência do órgão judiciário comum. Além disso, se não houve condenação no dispositivo do título judicial a Justiça Eleitoral estaria processando e julgando novamente pelos mesmos fatos, o que é vedado, inclusive, pelo artigo 474 do CPC, que trata da eficácia preclusiva da coisa julgada. (PONCIANO, 2015)

Assim sendo, a justiça eleitoral não pode decidir novamente sobre os mesmos fatos que foram apurados e julgados na justiça comum.

10.2.3 Justiça militar

A Justiça Militar poderá julgar e processar as ações de improbidade administrativa somente quando estas estiverem relacionadas com o exercício de funções disciplinares militares. Com fulcro no § 4º do art. 125 da Constituição da República, a competência conferida a Justiça Militar é apenas criminal, como por exemplo, apreciação e julgamento sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças e a ação de improbidade administrativa possui natureza cível. (BRASIL, 1988)

O Superior Tribunal de Justiça, tendo o relator Ministro Castro Meira, em seu voto que se tratava de uma questão inédita naquela Corte, examinou cuidadosamente o conflito negativo de competência n. 100.682 - MG onde suscitava a definição de competência – justiça comum ou militar – para julgamento de agravo de instrumento tirado de ação civil por improbidade administrativa proposta contra policiais militares pela prática de agressões físicas e morais a menor infrator no âmbito de suas funções, na qual o Ministério Público requer a perda da função pública, dentre outras sanções. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assentou que a competência para decidir sobre perda do posto ou da patente dos oficiais ou da graduação dos praças somente será da competência do Tribunal (de Justiça ou Militar, conforme o caso) nos casos de perda da função como pena acessória do crime que à Justiça Militar couber decidir, não se aplicando à hipótese de perda por sanção administrativa, decorrente da prática de ato incompatível com a função de policial ou bombeiro militar. (STJ - CC: 100682 MG 2008/0237608-6, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/06/2009, S1 - Primeira Seção, Data de Publicação: DJe 18/06/2009. (STJ, 2009)

Assim sendo, a Justiça Militar é competente apenas para processar atos de improbidade administrativa relacionados com o exercício de funções disciplinares militares.

10.3 JUSTIÇA COMUM

A Justiça comum é composta pela Justiça Federal conforme disposto no art. 109 da Constituição da República e a Justiça Estadual que possui competência residual. E seus eventuais conflitos serão apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça. (BRASIL, 1988)

10.3.1 Justiça Federal

Sua competência é determinada em razão da pessoa, conforme incisos I, II e VIII do art. 109 da Constituição da República ou da matéria, também conforme previsto nos incisos III, V-A, X e XI do mesmo dispositivo, e é sempre absoluta.

Se a matéria da ação for de interesse da União, ou de suas autarquias, ou de empresas públicas federais, na qualidade de autoras, rés, assistentes ou oponentes, além das hipóteses descritas no art. 109 da CF, a competência será da Justiça Federal.

Para Daniel Amorim Neves, em Manual de Improbidade Administrativa:

Apesar de qualificados defensores, é inadmissível a tese que distingue a regra de competência territorial a depender dos sujeitos participantes do processo judicial. Segundo esse equivocado entendimento doutrinário, tramitando a demanda na Justiça Estadual, a competência será determinada de forma absoluta pelo art. 2º da LACP, enquanto que, se a demanda tramitar perante a Justiça Federal, com a presença da União, serão aplicadas as regras de competência consagradas no art. 109, §§ 1º e 2º, da CF. (2014, p. 142)

Deixo registrado o entendimento consagrado na Súmula 208/STJ, que prevê a competência da Justiça Federal para processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

A Súmula 208 diz o seguinte: “Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal”. (STJ, 2008)

10.3.2 Justiça Estadual

Como dito acima, possui competência residual, ou seja, tudo que não for da competência da Justiça Especializada e da Justiça Federal, será da competência da Justiça Estadual. Fica registrado o entendimento consagrado na Súmula n. 209/STJ, que prevê a competência da Justiça Estadual para processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba transferido e incorporada ao patrimônio municipal. (STJ, 2009)

A Súmula n. 209 diz o seguinte: “Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal”.

11 CADASTRO DOS CONDENADOS

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ criou o Cadastro Nacional dos Condenados por Atos de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI), cujo objetivo era concentrar o nome dos condenados por estes atos em um só lugar, possibilitando tanto aos agentes de defesa do Patrimônio Público ter acesso fácil às informações nacionais sobre as pessoas condenadas por esse crime, quanto à população em geral,

E para que estas informações fossem registradas foi necessário que os Promotores de Justiça do Estado fiscalizem o registro das condenações por ato de improbidade administrativa já transitada em julgado, onde foi dado o prazo de 30 dias para informem ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público a relação de condenados por improbidade administrativa com trânsito em julgado nas Comarcas em que atuam.

Além disso, a ideia era que os próprios tribunais passem a alimentar o banco de dados a partir 2013 com as decisões judiciais referentes a atos que geram inelegibilidade.

O Cadastro está à disposição da Justiça Eleitoral, que poderá utilizá-lo para indeferir o pedido de registro de candidaturas de pessoas condenadas judicialmente. O acesso às informações públicas do CNCIAI pode ser feito pelo endereço: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas>>. No link <http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php> é possível se fazerem buscas utilizando-se o nome ou o CPF da pessoa investigada.

E pela Resolução n. 44 do CNJ, as informações sobre os condenados por improbidade que devem ser encaminhadas ao Cadastro Nacional são as seguintes: qualificação do condenado; dados processuais relevantes, como data da propositura da ação, data do trânsito em julgado, medidas de urgência adotadas, recursos interpostos; informações sobre perda da função pública e suspensão dos direitos políticos; informação sobre a aplicação da multa civil; e informações sobre pessoas físicas e jurídicas proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público. (MPRN, 2010)

O Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa passou a ser pública, podendo ser consultada por qualquer pessoa no endereço eletrônico do CNJ. (MPRN, 2010)

No entanto, embora os cadastros estejam sendo feitos, a obtenção da relação dos condenados por improbidade administrativa ainda não é possível, pois nos termos do art. 10

da Resolução n. 172, que atualiza o art. 5º, da Resolução n. 44/CNJ, o cadastro dos condenados terá exposição permanente através da *internet*, com livre acesso, porém, os dados pessoais dos inscritos serão preservados, desta forma, o cidadão só terá informação se souber informações restrita, pois a consulta só poderá ser feita apenas pelo número do processo, pelo nome da parte ou pelo número do CPF/CNPJ. (CNJ, 2007)

Hoje, o Conselho Nacional de Justiça disponibiliza a lista para magistrado registrado que acessam através de um *login* e senha, e para aqueles não magistrados, a consulta ao cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa depende de convênios firmados com o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 5º da Resolução n. 50 do Conselho Nacional de Justiça:

O acesso ao conteúdo dos dados do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade administrativa se restringirá aos órgãos públicos, mediante de informações ao Conselho Nacional de Justiça ou convênio a ser firmado para livre acesso a pesquisa no sistema. (CNJ, 2008)

12 ANÁLISE DA BASE DE DADOS CONDENADOS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A presente análise de dados foi realizada com base nas informações fornecidas pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI.

Estas informações são oriundas de processos já julgados, que identificam entidades jurídicas ou pessoas físicas que tenham sido condenadas por improbidade, nos termos da Lei n. 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa.

As informações supracitadas foram requeridas por mim através da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça com supedâneo na Lei n. 12.527/2011- Lei de Acesso a Informação. A pesquisa teve como objetivo o levantamento dos números de condenados por ato de improbidade administrativa, detalhando-as por regiões.

As Ações de Improbidade Administrativa constantes na base de dados em maio de 2017 somam entre ações julgadas, o total 47.381 divididas entre as cinco regiões do país. O maior número de ações está concentrado nas regiões Centro-Oeste com 10.731 processos e Sul com 14.714 processos.

O número de processos por tribunal é apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1. Número de Processos por Tribunal

TRIBUNAL	PROCESSOS
Tribunal Regional Federal 1ª região	1528
Tribunal Regional Federal 2ª região	475
Tribunal Regional Federal 3ª região	177
Tribunal Regional Federal 4ª região	571
Tribunal Regional Federal 5ª região	2239
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	13799
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	28
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	129
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	24
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	583
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	186
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	146

continua

TRIBUNAL	PROCESSOS
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	3817
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	52
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	775
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	11
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	6747
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	4035
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	80
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	140
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	77
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	107
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	11
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	61
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	400
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	449
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	71
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	9214
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	33
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	304
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	245
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	843
Supremo Tribunal Federal	24
Tribunal Eleitoral	0
TOTAL	47.381

FONTE: CNJ (2017).

Nesta base de dados foram demonstradas as sanções aplicadas aos agentes, com os respectivos valores.

Na tabela a seguir serão explanadas as sanções aplicadas e seus respectivos valores.

Tabela 2. Sanções aplicadas

SANÇÃO APLICADA	VALOR
Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	R\$ 1.878.773.786,44
Pagamento de multa	R\$ 113.175.541.314,03
Ressarcimento integral do dano	R\$ 1.092.073.047.499,10

FONTE: CNJ (2017.).

A pesquisa quantitativa foi delimitada pelos critérios da regionalidade, sendo pesquisa dos tribunais das cinco regiões do país, com base nos dados e referências constantes do Cadastro Nacional de Ações de Improbidade - CNJ, em processos com trânsito em julgado, onde também foi demonstrado as sanções aplicadas.

CONCLUSÃO

Depois de todo o exposto, após 25 (vinte e cinco) anos de vigência da Lei de Improbidade Administrativa, não se verificou a esperada queda dos casos envolvendo corrupção na administração pública, comprovando-se que a pura e simples edição e publicação de instrumentos normativos não tem a capacidade, por si só, de alterar a realidade fática e cultural de uma nação.

No entanto, restou demonstrado a evolução legislativa e jurisprudencial com relação as condutas de improbidade administrativa.

Também, ficou evidenciado que a participação do cidadão é muito importante no combate à corrupção, tanto na fiscalização, como na coibição destas práticas tão condenáveis.

As mobilizações recentes, bem como os últimos acontecimentos que vem ocorrendo no Brasil, como a Operação Lava Jato, demonstram a necessidade de mudança.

Fica claro que a corrupção não pode ser vista como uma questão corriqueira, enraizada em nossa cultura e com a qual o povo deve se acostumar.

Ao contrário, não pode haver aceitação para a corrupção e que é sempre tempo para reconstruir nossa história.

E mesmo a Lei de Improbidade Administrativa sendo falha de não descrever o núcleo do tipo do ato ímprobo, ela vem sendo aplicada de forma eficaz pelos Tribunais dosada pelas regras da razoabilidade e da proporcionalidade, afim de que exteriorize os princípios mais genuínos de direito e de justiça, conforme demonstrado na pesquisa quantitativa, o qual apresentou resultados por meio de estatísticas descritivas de tabelas.

A lei supracitada veio em momento oportuno, mas é preciso que cada um de nós comprometa-se com a ética e não perca a capacidade de se indignar com a impunidade.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Juiz defende importância da Lei de Improbidade para proteção da moralidade administrativa**. 15 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2014/agosto/juiz-defende-importancia-da-lei-de-improbidade-para-protecao-da-moralidade-administrativa>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

BELLAZZI, Morgana. **Aspectos relevantes da Lei de Improbidade Administrativa**. s.d. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/4082327/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 45, de 30 dez. 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 31 dez. 2004.

BRASIL. Lei n. 7.347, de 24 jul. 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 25 jul. 1985.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 set. 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 12 set. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 jun. 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 4 jun. 1992.

BRASIL. Lei n. 10.628, de 24 de dezembro de 2002. Altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Brasília, **Diário Oficial da União**, 26 dez. 2002.

BRASIL. Lei Complementar n. 116, de 31 jul. 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 01 ago. 2003.

BRASIL. Lei Complementar n. 157, de 29 dez. 2016. Altera a Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 29 dez. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 1.446 de 16 agosto de 1991**. Estabelece o procedimento para suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=192235>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 44 de 20 nov. 2007**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_44_20112007_17062013181040.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 50 de 25 mar. 2008**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_50_25032008_11102012184812.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 172 de 8 mar. 2013**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resolucao-n172-08-03-2013-presidencia.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório quantitativo de condenados**. s.d. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/relatorioQuantitativoCondenacoes.php>. Acesso em: 22 maio 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **TJ-DF 20130111009936 - Segredo de Justiça 0005672-12.2013.8.07.0018**. Relator: Romulo de Araújo Mendes. Data de Julgamento: 19 abr. 2017, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 15 maio. 2017.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa e crimes de prefeitos**: Comentários, artigo por artigo, da Lei nº 8.429/92 e do DL 201/67. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa**: doutrina, legislação e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Improbidade administrativa. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 2, n. 21, 19 nov. 1997. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/359>>. Acesso em: 24 maio 2017.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Improbidade administrativa. **I Ciclo de Palestras**, Brasília, ano 34, n. 136 out./dez. 1997. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/296/r136-09.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do consumidor**: código comentado e jurisprudência. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Os vinte anos da Lei de improbidade administrativa**. 6 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-dez-06/mauro-mattos-vinte-anos-lei-improbidade-administrativa>> Acesso em: 30 jan. 2017.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO, Celso. **Ementa: extradição**. Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal - STF. Data do Julgamento: 28 ago. 1996. Data da Publicação: DJ 06 abr. 2001 Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000103656&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MIZIARA, Raphael. Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações de improbidade administrativa sindical. **Os Trabalhistas**, São Paulo, 15 jan. 2017. Disponível em: <<http://ostrabalhistas.com.br/competencia-da-justica-do-trabalho-para-processar-e-julgar-as-acoes-de-improbidade-administrativa-sindical/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MORAES, Alexandre de. **Ministério público e o combate à corrupção - breves comentários à lei de improbidade administrativa**. s.d. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Improbidade_Administrativa/Doutrina_Improbidade/24-artigo.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MORO, Sérgio Fernando. Artigo: '**Caminhos para reduzir a corrupção**'. 4 out. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/artigo-caminhos-para-reduzir-corruptao-por-sergio-moro-17684788#ixzz4h3xpUXGv>>. Acesso em: 13 maio 2017.

MOURA, Cid Capobiango Soares de. Aspectos relevantes sobre a Improbidade Administrativa, Lei 8.429/92. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 125, jun 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14131>. Acesso em maio 2017.

MPRN. Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Condenados por improbidade vão para lista do CNJ**. 2010. Disponível em: <<https://mp-rn.jusbrasil.com.br/noticias/2201696/condenados-por-improbidade-vao-para-lista-do-cnj>>. Acesso em: 13 maio 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa**: direito material e processual. São Paulo: Método, 2012.

PAZZAGLINI FILHO, Marino; ROSA, Márcio Fernando Elias; FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa**: aspectos jurídicos da defesa do patrimônio público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada**: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal; legislação e jurisprudência atualizadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PONCIANO, Vera Lúcia Feil. Justiça Eleitoral não pode decidir sobre os mesmos fatos da Justiça Comum. Revista **Consultor Jurídico**, 5 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-jul-05/vera-ponciano-justica-eleitoral-nao-alterar-decisao-comum>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

REUPKE, Erika Giovanini. **Natureza jurídica da ação de improbidade quanto aos agentes políticos**. 30 abr. 2014. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao059/Erika_Reupke.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. **Ação civil pública e ação de improbidade administrativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2012.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário com Agravo n. 713.273 - AC**. Relatora: Ministra Carmén Lúcia. Data do Julgamento: 18 out. 2012.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Rcl n. 4464 GO**. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Carlos Britto. Data de Julgamento: 20 maio 2009.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Rcl: 19679 - RJ 8621494-16.2015.1.00.0000**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Data de Julgamento: 23 mar. 2015. Data de Publicação: DJe- 31 mar. 2015.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 534575 - Paraná**. Relatora Ministra Eliana Calmon. DJ 29 mar. 2004.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 480.387/SP**. 1ª Turma. Relator: Min. Luiz Fux. DJU 16.03.2004.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Pet 2588 RO**. Relator: Ministro Franciulli Netto, Rel. p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, Corte Especial. Data do Julgamento: 16 mar. 2005. DJ 09 out. 2006.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Conflito de competência n. 100.682-MG**. 1ª Turma. Relator: Ministro Castro Meira (Relator). 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://bd.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/3218>>. Acesso em: 15 maio 2017.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **CC n. 100682 MG 2008/0237608-6**. Relator: Ministro Castro Meira. Data de Julgamento: 10 jun. 2009, S1 - Primeira Seção. Data de Publicação: DJe: 18 jun. 2009.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 480.387/SP**. 1ª Turma. Relator Ministro Luiz Fux. Data da Publicação: DJ: 16.03.2004.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 721.190 - CE (2005/0014047-2)**. 1ª Turma. Relator Ministro Luiz Fux. Data da Publicação: DJU 01.06.2005. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7177034/recurso-especial-resp-721190-ce-2005-0014047-2/inteiro-teor-12915447?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 208, de 27 maio 1998**. Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal. Terceira Seção. DJ 03.06.1998. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula208.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 209, de 27 maio 1998**. Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verbatransferida e incorporada ao patrimônio municipal. Terceira Seção. DJ 03.06.1998. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula209.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Reclamação n. 591 SP 1998/0074203-4**. Voto: Ministro Demócrito Reinaldo. Brasília: 1998.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. STJ. **Conflito de competência**: CC 59549 MA 2006/0048965-6. Relatora: Ministra Eliana Calmon, Brasília, 23 ago. 2006. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7144830/conflito-de-competencia-cc-59549-ma-2006-0048965-6>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

TAFNER, Wilson Ricardo Coelho. **Improbidade e ausência de prejuízo**. s.d. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Improbidade_Administrativa/Doutrina_Improbidade/3-improbeaus%C3%A4Anciadepreju%C3%ADzo.htm>. Acesso em: 5 maio 2017.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Súmula - TSE n. 41**. Não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade. Brasília, 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO A - SOLICITAÇÕES E INFORMAÇÕES - CNJ

Ouvidoria / CNJ - Confirmação de envio de relato - Protocolo 194111

Google

ouvidoria

Gmail

ESCREVER

Entrada (75)
Com estrela
Importante
Enviados
Rascunhos (3)
Personal
Receipts
Travel
Unwanted
Mais

Robélia
Vanderley leite
Vincent DeMartins

Ouvidoria Conselho Nacional de Justiça <nao_resposta@cnj.jus.br>
17 de mai (Há 8 dias)

Ouvidoria - CNJ - Confirmação de Recebimento

Protocolo: 194111
Enviado em: 17/05/2017
Relatante: Robélia Leopoldino
Mensagem:
Lista de condenados por improbidade administrativa

Boa noite,

acusou o recebimento da resposta referente ao meu Pedido, conforme descrito ""Pezada Senhora Robélia, Nos termos do art. 10 da resolução n. 172, que atualiza o art. 5º, da Resolução n. 44/CNJ, o CNJAI terá exposição permanente através da internet, com livre acesso, à exceção dos dados pessoais dos inscritos. Por acessar os dados estatísticos acesse o link: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

Atenciosamente,
Corregedoria Nacional de Justiça"

No entanto, para que seja feita a consulta, é necessário saber nome ou cpf do possível condenado. Como requeiro a lista dos condenados por improbidade administrativa no Brasil e a lista já deve estar passando de 3000 mil condenados, é impossível eu ter acesso a estes dados. Até porque se soubesse não precisaria fazer a consulta. Assim sendo, com fulcro na Lei nº 12.527/2011, art. 4, inciso I e art. 5º, requeiro com urgência, a relação de condenados por improbidade administrativa no Brasil. Ressalto que, a recusa, retardamento deliberado da informação, bem como fornecê-la de forma incorreta, incompleta ou imprecisa intencionalmente, conforme art. 32 da lei supracitada, acarreta responsabilidades.

Este email não deve ser respondido. Trata-se, apenas, de um email de confirmação.

Clique aqui para Responder ou Encaminhar

12,9 GB (85%) de 15 GB usados
Gerenciar

Termos de Serviço - Privacidade

Última atividade da conta: Há 2 horas
Detalhes

Ouvidoria - CNJ - CNJ Relato: 194111

Google

ouvidoria

Gmail

ESCREVER

Entrada (75)
Com estrela
Importante
Enviados
Rascunhos (3)
Personal
Receipts
Travel
Unwanted
Mais

Robélia
Vanderley leite
Vincent DeMartins

nao-resposta
nao-resposta@cnj.jus.br
18 de mai (Há 7 dias)

Registro Ouvidoria/CNJ: 194111
À Senhora
Robélia Leopoldino
Informamos que seu relato foi encaminhado ao setor responsável. Entraremos em contato com Vossa Senhoria, tão logo tenhamos resposta.

Atenciosamente,

Ouvidoria
Conselho Nacional de Justiça
SEPN 514, bloco B, lote 7, 70760-542 Brasília (DF)
Telefone: (61) 2326-4607 / 2326-4608

Lista de condenados por improbidade administrativa

Boa noite,

acusou o recebimento da resposta referente ao meu Pedido, conforme descrito ""Pezada Senhora Robélia, Nos termos do art. 10 da resolução n. 172, que atualiza o art. 5º, da Resolução n. 44/CNJ, o CNJAI terá exposição permanente através da internet, com livre acesso, à exceção dos dados pessoais dos inscritos. Por acessar os dados estatísticos acesse o link: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

Atenciosamente,
Corregedoria Nacional de Justiça"

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI

Condenações referentes apenas à improbidade administrativa

Brasília:22/05/2017

Tribunal Federal	
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1613
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	336
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	116
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	496
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2054
TOTAL	4615

Tribunal Estadual	
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	262
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	28
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	120
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	18
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	585
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	214
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	133
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	1126
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	54
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	927
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	12
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	865
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	4265
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	95
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	106
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	98
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	121
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	11
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	82
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	393
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	520
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	66
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	1127
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	37
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	346
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	270
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	1029
TOTAL	12910

Tribunal Superior	
Nenhum registro encontrado	

Tribunal Eleitoral	
Nenhum registro encontrado	

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	R\$ 1.859.411.051,53
Pagamento de multa	R\$ 112.864.248.377,96
Ressarcimento integral do dano	R\$ 1.091.975.277.816,81

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI

Brasília:22/05/2017

Tribunal Federal	
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1528
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	475
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	177
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	571
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2239
TOTAL	4990

Tribunal Estadual	
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	13799
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	28
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	129
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	24
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	583
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	186
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	146
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	3817
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	52
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	775
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	11
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	6747
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	4035
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	80
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	140
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	77
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	107
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	11
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	61
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	400
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	449
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	71
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	9214
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	33
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	304
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	245
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	843
TOTAL	42367

Tribunal Superior	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	24
TOTAL	24

Tribunal Eleitoral	
Nenhum registro encontrado	

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	R\$ 1.878.773.786,44
Pagamento de multa	R\$ 113.175.541.314,03
Ressarcimento integral do dano	R\$ 1.092.073.047.499,10

ANEXO B - LEI N. 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 **Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**LEI N° 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; [\(Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; [\(Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)

XVI - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades

privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

XVII - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

XIX - agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

XX - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular. [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

XXI - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular. [\(Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

Seção II-A

[\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o [caput](#) e o [§ 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas. [\(Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014\)](#)
[\(Vigência\)](#)

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. [\(Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO III Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [\(Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009\).](#)

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

CAPÍTULO IV Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo .

CAPÍTULO V

Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos [arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos [arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil](#).

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no [§ 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965](#). [\(Redação dada pela Lei nº 9.366, de 1996\)](#)

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

§ 5º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto. [\(Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001\)](#)

§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos [arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de trinta dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 9º Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar contestação. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 10. Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 11. Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 12. Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no [art. 221, caput e § 1º, do Código de Processo Penal](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001\)](#)

§ 13. Para os efeitos deste artigo, também se considera pessoa jurídica interessada o ente tributante que figurar no polo ativo da obrigação tributária de que tratam o [§ 4º do art. 3º](#) e o [art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CAPÍTULO VI Das Disposições Penais

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;
([Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009](#)).

II - da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

CAPÍTULO VII Da Prescrição

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

III - até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei. ([Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014](#))
([Vigência](#))

CAPÍTULO VIII Das Disposições Finais

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as [Leis nºs 3.164, de 1º de junho de 1957](#), e [3.502, de 21 de dezembro de 1958](#) e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.6.1992

ANEXO C - LEI COMPLEMENTAR N. 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Mensagem de veto

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXIII - (VETADO);

XXIV - (VETADO);

XXV - (VETADO).

§ 4º (VETADO).” (NR)

“Art. 6º ..

§ 2º

III - (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).” (NR)

Art. 2º A [Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A: [\(Produção de efeito\)](#)

[“Art. 8º-A.](#) A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.”

Art. 3º A lista de serviços [anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), passa a vigorar com as alterações constantes do [Anexo desta Lei Complementar](#).

Art. 4º A [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 \(Lei de Improbidade Administrativa\)](#), passa a vigorar com as seguintes alterações: [\(Produção de efeito\)](#)

“Seção II-A

Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

[Art. 10-A.](#) Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o **caput** e o [§ 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#).”

“Art. 12.

[IV -](#) na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

” (NR)

“Art. 17

[§ 13.](#) Para os efeitos deste artigo, também se considera pessoa jurídica interessada o ente tributante que figurar no polo ativo da obrigação tributária de que tratam o [§ 4º do art. 3º](#) e o [art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#).” (NR)

Art. 5º O art. 3º da [Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990](#), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º-A e 1º-B: [\(Produção de efeito\)](#)

“Art. 3º

[§ 1º-A.](#) Na hipótese de pessoa jurídica promover saídas de mercadorias por estabelecimento diverso daquele no qual as transações comerciais são realizadas, excluídas as transações comerciais não presenciais, o valor adicionado deverá ser computado em favor do Município onde ocorreu a transação comercial, desde que ambos os estabelecimentos estejam localizados no mesmo Estado ou no Distrito Federal.

§ 1º-B. No caso do disposto no § 1º-A deste artigo, deverá constar no documento fiscal correspondente a identificação do estabelecimento no qual a transação comercial foi realizada.” (NR)

Art. 6º Os entes federados deverão, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei Complementar, revogar os dispositivos que contrariem o disposto no **caput** e no [§ 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#).

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º O disposto no **caput** e nos [§§ 1º e 2º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), e no [art. 10-A](#), no [inciso IV do art. 12](#) e no [§ 13 do art. 17, todos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), somente produzirão efeitos após o decurso do prazo referido no [art. 6º desta Lei Complementar](#).

§ 2º O disposto nos [§§ 1º-A e 1º-B do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990](#), produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei Complementar, ou do primeiro dia do sétimo mês subsequente a esta data, caso este último prazo seja posterior.

Brasília, 29 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Marcos Pereira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2016

ANEXO

(Lista de serviços anexa à [Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003](#))

“1 - [1.03](#) - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets**, **smartphones** e congêneres.

[1.09](#) - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a [Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011](#), sujeita ao ICMS).

6 - [6.06](#) - Aplicação de tatuagens, **piercings** e congêneres.

7 - [7.16](#) - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 - [11.02](#) - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 - [13.05](#) - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - [14.05](#) - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

[14.14](#) - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16 - [16.01](#) - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 - [17.25](#) - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25 - [25.02](#) - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

[25.05](#) - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.